

Procuração para Advogado: Um Guia Completo sobre Tipos, Requisitos Legais e Substabelecimento

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | novembro 14, 2024



A procuração é um instrumento jurídico essencial que permite a uma pessoa (outorgante) nomear outra (procurador) para agir em seu nome. No contexto jurídico, a procuração pode ser utilizada para diversos fins, incluindo a representação em processos judiciais e a realização de atos extrajudiciais. Este artigo visa oferecer um panorama detalhado sobre como elaborar uma procuração para advogado, abordando os requisitos legais, os diferentes tipos de procuração, o substabelecimento e respondendo a perguntas frequentes sobre o tema.

O que é uma Procuração?

A procuração é um documento que confere poderes a alguém para que este possa agir em nome de outra pessoa. No Brasil, a procuração é regulada pelo Código Civil (Lei nº 10.406/2002), especialmente nos artigos 653 a 687. O documento deve ser elaborado de maneira clara e precisa, especificando os poderes concedidos e os limites de atuação do procurador.

Requisitos Legais para uma Procuração

Para que uma procuração seja considerada válida, ela deve atender a alguns requisitos legais fundamentais:

1. **Capacidade das Partes:** Tanto o outorgante quanto o procurador devem ser legalmente capazes. O outorgante deve ser maior de idade e possuir plena capacidade civil, enquanto o procurador deve ser maior de 18 anos e capaz de exercer atos da vida civil.
2. **Forma Adequada:** A procuração pode ser feita por escrito, e dependendo dos poderes que se deseja conceder, pode ser necessária a forma pública (lavrada em cartório) ou particular. A procuração pública é recomendada para atos que exigem formalidade, como a venda de imóveis.
3. **Objeto Lícito e Determinado:** Os poderes concedidos na procuração devem ser lícitos e claramente especificados. A falta de clareza pode levar à nulidade do documento.
4. **Assinatura:** O documento deve ser assinado pelo outorgante. Em caso de procuração pública, a assinatura deve ser acompanhada da do tabelião.
5. **Data e Local:** Embora não seja um requisito estrito, é recomendável que a procuração contenha a data e o local de sua elaboração para fins de comprovação.

Tipos de Procuração

As procurações podem ser classificadas de diversas maneiras, sendo as mais comuns as seguintes:

1. Procuração Ad Judicia

A procuração ad judicium é utilizada para a representação em processos judiciais. Nela, o procurador tem poderes para atuar em nome do outorgante em litígios, podendo, por exemplo, ingressar com ações, apresentar defesas e realizar acordos.

Este tipo de procuração pode ser:

- **Com Poderes Específicos:** Limita a atuação do procurador a atos determinados, como a representação em um processo específico. Por exemplo, um cliente pode outorgar poderes a um advogado apenas para um determinado processo judicial.
- **Com Plenos Poderes:** Permite que o procurador atue de forma ampla, podendo realizar todos os atos necessários em um processo judicial, incluindo a celebração de acordos e a desistência de ações.

2. Procuração Extra Judicial

A procuração extra judicial é utilizada para a realização de atos fora do âmbito judicial, como a administração de bens, a assinatura de contratos e a representação em negociações. Assim como na procuração ad judicia, ela pode ser:

- **Com Poderes Específicos:** Para atos determinados, como a venda de um imóvel ou a assinatura de um contrato específico.
- **Com Plenos Poderes:** Para a realização de qualquer ato que o outorgante deseje delegar ao procurador, como a gestão de bens e a realização de transações financeiras.

3. Procuração de Plenos Poderes

A procuração de plenos poderes é um documento que confere ao procurador a capacidade de agir em nome do outorgante em uma ampla gama de situações. É importante que o outorgante confie plenamente no procurador, pois este terá liberdade para tomar decisões em seu nome.

4. Procuração com Poderes Limitados

A procuração com poderes limitados especifica quais atos o procurador pode realizar. Essa modalidade é útil quando o outorgante deseja restringir a atuação do procurador a determinados atos ou situações.

Substabelecimento da Procuração



O substabelecimento é o ato pelo qual o procurador nomeado transfere os poderes que recebeu a outra pessoa. Este procedimento é regulamentado pelo artigo 667 do Código Civil, que permite ao procurador substabelecer os poderes, salvo se houver proibição expressa no documento original.

Substabelecimento com Reserva de Poderes

No substabelecimento com reserva de poderes, o procurador que transfere os poderes mantém uma parte deles. Isso significa que ele pode agir em nome do outorgante, mas também pode delegar parte dessa autoridade a outra pessoa. Essa modalidade é útil quando o procurador deseja compartilhar responsabilidades, mas ainda assim deseja manter controle

sobre a representação.

Substabelecimento sem Reserva de Poderes

No substabelecimento sem reserva de poderes, o procurador transfere todos os poderes que recebeu a outra pessoa. Nesse caso, o novo procurador pode agir em nome do outorgante sem que o procurador original mantenha nenhum poder. Essa modalidade é comum em situações onde o procurador original não pode ou não deseja mais atuar.

Como Elaborar uma Procuração para Advogado

A elaboração de uma procuração para advogado deve seguir algumas etapas:

1. **Identificação das Partes:** Inicie o documento com a identificação completa do outorgante (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e RG) e do procurador (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e RG).
2. **Clareza nos Poderes:** Especifique claramente quais poderes estão sendo concedidos. Se for uma procuração ad judicium, mencione se os poderes são gerais ou específicos. Para procurações extra judiciais, descreva os atos que o procurador poderá realizar.
3. **Forma do Documento:** Decida se a procuração será particular ou pública. Se optar pela procuração pública, dirija-se a um cartório para lavrar o documento.
4. **Assinatura:** Certifique-se de que o outorgante assine o documento. Para procurações públicas, a assinatura deve ser reconhecida pelo tabelião.
5. **Data e Local:** Inclua a data e o local de elaboração da procuração.

FAQ sobre Procuração para Advogado

1. O que é uma procuração?

Uma procuração é um documento que permite a uma pessoa (procurador) agir em nome de outra (outorgante) em determinados atos jurídicos.

2. Quais são os tipos de procuração?

Os principais tipos de procuração são a ad judicium (para representação em processos judiciais) e a extra judicium (para atos fora do âmbito judicial).

3. Como posso elaborar uma procuração?

Para elaborar uma procuração, você deve identificar as partes envolvidas, especificar claramente os poderes concedidos, decidir se será um documento particular ou público, assinar o documento e incluir a data e o local da elaboração.

4. O que é substabelecimento?

O substabelecimento é o ato pelo qual o procurador transfere os poderes que recebeu a outra pessoa. Pode ser feito com ou sem reserva de poderes.

5. O que significa substabelecimento com reserva de poderes?

No substabelecimento com reserva de poderes, o procurador que transfere os poderes mantém parte deles, podendo agir em nome do outorgante e também delegar autoridade a outra pessoa.

6. O que significa substabelecimento sem reserva de poderes?

No substabelecimento sem reserva de poderes, o procurador transfere todos os poderes a outra pessoa, não mantendo nenhuma autoridade sobre a representação.

7. É necessário reconhecer firma em uma procuração?

Para procurações públicas, o reconhecimento de firma é feito pelo tabelião. Já para procurações particulares, o reconhecimento não é obrigatório, mas pode ser recomendado para garantir a autenticidade do documento.

8. Posso revogar uma procuração?

Sim, o outorgante pode revogar a procuração a qualquer momento, desde que comunique o procurador e, se necessário, formalize a revogação por escrito.

9. Quais cuidados devo ter ao conceder uma procuração?

É importante escolher um procurador de confiança, especificar claramente os poderes concedidos e, se possível, limitar os poderes para evitar abusos.

10. A procuração pode ser utilizada para a venda de bens?

Sim, a procuração pode ser utilizada para a venda de bens, desde que os poderes para tal ato estejam claramente especificados no documento.

Considerações Finais

A procuração é uma ferramenta poderosa que permite a delegação de poderes em diversas situações jurídicas. A sua elaboração deve ser feita com cuidado e atenção aos requisitos legais, garantindo que os direitos e interesses do outorgante sejam preservados. É sempre recomendável consultar um advogado para orientações específicas e para assegurar que todos os aspectos legais sejam cumpridos.

Este guia completo sobre procurações para advogados fornece uma visão geral dos tipos de procuração, dos requisitos legais e do procedimento de substabelecimento. Compreender esses aspectos é fundamental para quem deseja utilizar esse instrumento jurídico de forma eficaz e segura.